



PORTOS DOS AÇORES, S.A.

CONCURSO LIMITADO POR PRÉVIA QUALIFICAÇÃO

**AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE PLANEAMENTO, COORDENAÇÃO E
FISCALIZAÇÃO DA EMPREITADA DE CONSTRUÇÃO DO NOVO
PORTO DAS LAJES DAS FLORES**

PROGRAMA DO PROCEDIMENTO

JUNHO 2025

CONCURSO LIMITADO POR PRÉVIA QUALIFICAÇÃO

AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE PLANEAMENTO, COORDENAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DA EMPREITADA DE CONSTRUÇÃO DO NOVO PORTO DAS LAJES DAS FLORES

ÍNDICE DO DOCUMENTO

1. OBJETO E TIPO DO PROCEDIMENTO	1
2. ENTIDADE ADJUDICANTE E ÓRGÃO COMPETENTE PARA A DECISÃO DE CONTRATAR	1
3. PEÇAS DO PROCEDIMENTO E PLATAFORMA ELETRÓNICA	1
4. FASES DO PROCEDIMENTO	2
5. JÚRI	2
6. ESCLARECIMENTOS, RETIFICAÇÃO E ALTERAÇÃO DAS PEÇAS DO PROCEDIMENTO	3
7. PREÇO BASE E INDICAÇÃO DO PREÇO	5
8. IMPEDIMENTOS	5
9. CANDIDATOS, CONCORRENTES E AGRUPAMENTOS	6
10. INSPEÇÃO DO LOCAL DOS TRABALHOS	7
I – FASE DE APRESENTAÇÃO DAS CANDIDATURAS E DE QUALIFICAÇÃO DOS CANDIDATOS	7
11. QUALIFICAÇÃO DOS CANDIDATOS	7
12. REQUISITOS MÍNIMOS DE CAPACIDADE TÉCNICA	7
13. DOCUMENTOS DA CANDIDATURA	9
14. PRAZO E MODO DE APRESENTAÇÃO DAS CANDIDATURAS	10
15. LISTA DOS CANDIDATOS E CONSULTA DAS CANDIDATURAS APRESENTADAS	11
16. ANÁLISE DAS CANDIDATURAS E ESCLARECIMENTOS	11
17. RELATÓRIO PRELIMINAR DA FASE DE QUALIFICAÇÃO	12
18. AUDIÊNCIA PRÉVIA DA FASE DE QUALIFICAÇÃO	12
19. RELATÓRIO FINAL DA FASE DE QUALIFICAÇÃO	12
20. DECISÃO DE QUALIFICAÇÃO E SUA NOTIFICAÇÃO	13
II – FASE DE APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DAS PROPOSTAS E DA ADJUDICAÇÃO	13
21. CONVITE À APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS	13
22. DOCUMENTOS DA PROPOSTA	14
23. PROPOSTAS VARIANTES	15
24. PRAZO E MODO DE APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS	15
25. CLASSIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS DA PROPOSTA	15
26. LISTA DOS CONCORRENTES E CONSULTA DAS PROPOSTAS APRESENTADAS	16
27. PRAZO DE OBRIGATORIEDADE DE MANUTENÇÃO DAS PROPOSTAS	16
28. LEILÃO ELETRÓNICO	17
29. ANÁLISE DAS PROPOSTAS	17
30. ESCLARECIMENTOS SOBRE AS PROPOSTAS E DOCUMENTOS QUE AS ACOMPANHAM	17
31. CRITÉRIO DE ADJUDICAÇÃO	18
32. RELATÓRIO PRELIMINAR	18

33. AUDIÊNCIA PRÉVIA.....	19
34. RELATÓRIO FINAL	19
35. DEVER DE ADJUDICAÇÃO	19
36. CAUSAS DE NÃO ADJUDICAÇÃO OU DE ESPECIAL CONDICIONAMENTO DA ADJUDICAÇÃO	20
37. NOTIFICAÇÃO DA DECISÃO DE ADJUDICAÇÃO	20
38. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E PRAZO DA SUA APRESENTAÇÃO	21
39. MODO DE APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.....	22
40. MODO DE APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO POR AGRUPAMENTOS	23
41. CAUÇÃO	23
42. MODO DE PRESTAÇÃO DA CAUÇÃO	23
43. CADUCIDADE DA ADJUDICAÇÃO.....	24
44. CELEBRAÇÃO DO CONTRATO	25
45. NOTIFICAÇÃO DA MINUTA DO CONTRATO.....	26
46. RECLAMAÇÃO DA MINUTA DO CONTRATO	26
47. ACEITAÇÃO DA MINUTA DO CONTRATO	26
48. NOTIFICAÇÃO DOS AJUSTAMENTOS AO CONTRATO	27
49. REDUÇÃO DO CONTRATO A ESCRITO.....	27
50. OUTORGA DO CONTRATO E DOCUMENTOS A APRESENTAR PELO ADJUDICATÁRIO NA CELEBRAÇÃO DO CONTRATO	27
51. REPRESENTAÇÃO NA OUTORGA DO CONTRATO.....	27
52. NÃO OUTORGA DO CONTRATO	28
53. INFORMAÇÕES SOBRE O PROCEDIMENTO	28
54. GESTOR DO CONTRATO.....	29
55. ENCARGOS DOS CANDIDATOS E CONCORRENTES	29
56. REGIME LEGAL APLICÁVEL	29
57. TRIBUNAL DE CONTAS.....	29

ANEXO I: CONSTITUIÇÃO DO JÚRI DO PROCEDIMENTO

ANEXO II: DOCUMENTO EUROPEU ÚNICO DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA (DEUCP)

ANEXO III: MODELO DE INFORMAÇÃO GERAL DO CANDIDATO

ANEXO IV: LISTA IDENTIFICATIVA – FASE DE CANDIDATURA

ANEXO V: MODELO DOS CURRÍCULOS

ANEXO VI: MODELO DE DECLARAÇÃO DE PROPOSTA

ANEXO VII: MAPA DAS TAXAS HORÁRIAS

ANEXO VIII: MAPA DOS VALORES MENSAIS

ANEXO IX: MODELO DE DECLARAÇÃO DE HABILITAÇÃO

ANEXO X: MODELO DE GUIA DE DEPÓSITO BANCÁRIO

ANEXO XI: MODELO DE GARANTIA BANCÁRIA

ANEXO XII: MODELO DE SEGURO-CAUÇÃO

1. OBJETO E TIPO DO PROCEDIMENTO

O presente procedimento de Concurso Limitado por Prévia Qualificação, com publicidade internacional – adotado por deliberação do Conselho de Administração da Portos dos Açores, S.A., nos termos dos artigos 20.º n.º 1 alínea a) e 474.º n.º 1 e 3 alínea c) do Código dos Contratos Públicos (CCP), e Regulamento Delegado (UE) n.º 2023/2495 da Comissão de 15 de novembro, atendendo ao respetivo objeto e preço contratual estimado, com aprovação das respetivas peças -, visa a formação do **“CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE PLANEAMENTO, COORDENAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DA EMPREITADA DE CONSTRUÇÃO DO NOVO PORTO DAS LAJES DAS FLORES”**, nos termos e condições expostas em sede de Caderno de Encargos.

2. ENTIDADE ADJUDICANTE E ÓRGÃO COMPETENTE PARA A DECISÃO DE CONTRATAR

2.1. A entidade adjudicante é a Portos dos Açores, S.A. (PA, S.A.), Pessoa Coletiva n.º 512.077.843, com os seguintes contatos para efeito do presente procedimento:

Portos dos Açores, S.A.
Avenida Gago Coutinho e Sacadura Cabral, n.º 7
9900-062 Horta
Telefone: +351 292 208 300
Correio Eletrónico: contratacao publica@portosdosacores.pt

2.2. A decisão de contratar foi adotada pelo Conselho de Administração da Portos dos Açores, S.A., ao abrigo de poderes próprios, nos termos do artigo 12.º dos respetivos Estatutos, na sua redação em vigor, o qual constitui, para efeitos do disposto no artigo 36.º n.º 1 do CCP, o órgão competente para autorizar a despesa que lhe é inerente, e assim da decisão de contratar.

3. PEÇAS DO PROCEDIMENTO E PLATAFORMA ELETRÓNICA

3.1. O presente procedimento é constituído pelas seguintes peças: (i) anúncio, (ii) Programa do Procedimento, (iii) Convite à apresentação de propostas e (iv) Caderno de Encargos, as quais, com exceção da minuta do anúncio, foram aprovadas pelo órgão competente para a decisão de contratar aquando da decisão de abertura de procedimento.

3.2. A entidade adjudicante disponibiliza na respetiva plataforma eletrónica de contratação pública, de forma livre, completa e gratuita, as peças do procedimento, a partir da data da publicação do

respetivo anúncio.

3.3. A plataforma eletrónica utilizada pela Portos dos Açores, S.A., e referida no número anterior, encontra-se acessível no sítio eletrónico www.acinGov.pt, devendo os interessados proceder ao seu registo naquela plataforma eletrónica.

3.4. O acesso à referida plataforma eletrónica é gratuito e permite efetuar a consulta e *download* das peças do procedimento.

3.5. Os interessados deverão possuir um pacote de selos temporais e certificado de assinatura eletrónica qualificada.

3.6. Todas as comunicações e atos praticados no âmbito do presente procedimento deverão ser efetuados através da plataforma eletrónica usada pela Portos dos Açores, S.A..

3.7. Constitui responsabilidade dos interessados a conferência dos documentos disponibilizados nos termos dos pontos anteriores, sendo que, nos termos dos n.ºs 4 e 5 do artigo 40.º do CCP, as peças do procedimento prevalecem sobre as indicações constantes do anúncio e da plataforma eletrónica, em caso de divergência.

4. FASES DO PROCEDIMENTO

O procedimento de concurso limitado por prévia qualificação integra as seguintes fases:

- a) 1.ª fase - Apresentação de candidaturas e qualificação dos candidatos;
- b) 2.ª fase – Apresentação e análise das propostas e adjudicação.

5. JÚRI

5.1. O júri do procedimento é composto por três membros efetivos e três suplentes, designados por deliberação do órgão competente para a decisão de contratar, e na mesma identificados, como consta do **Anexo I** do presente Programa do Procedimento, do qual faz parte integrante.

5.2. O júri do procedimento pode designar um secretário de entre o pessoal dos serviços da entidade adjudicante.

5.3. Compete ao júri, nomeadamente:

- (a) Proceder à apreciação das candidaturas;
- (b) Pedir esclarecimentos sobre as candidaturas;
- (c) Proceder à apreciação das propostas;
- (d) Pedir esclarecimentos sobre as propostas;

(e) Elaborar os relatórios de análise das candidaturas e das propostas.

5.4. Compete ainda ao júri exercer as demais competências previstas no artigo 69.º do CCP e ainda as competências que lhe são delegadas pelo órgão competente para a decisão de contratar, conforme consta do **Anexo I**, sem prejuízo da possibilidade de avocação das mesmas.

5.5. Antes do início de funções, os membros do júri e todos os demais intervenientes no processo de avaliação de candidaturas e propostas, designadamente peritos, subscrevem uma declaração de inexistência de conflitos de interesses, conforme modelo previsto no anexo XIII do CCP.

6. ESCLARECIMENTOS, RETIFICAÇÃO E ALTERAÇÃO DAS PEÇAS DO PROCEDIMENTO

6.1. Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento podem ser solicitados e devem ser prestados, respetivamente, nas fases referidas no artigo 163.º do CCP e ponto 4 do presente Programa de Procedimento, sendo aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto no artigo 50.º do mesmo código.

6.2. Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento são da competência do júri, por delegação do órgão competente para a decisão de contratar.

6.3. Os interessados podem apresentar pedidos de esclarecimento, por escrito, ao júri do procedimento através da plataforma eletrónica acinGov, até:

- a) Ao termo do primeiro terço do prazo fixado para apresentação das candidaturas, na fase de apresentação das candidaturas e qualificação dos candidatos (1.ª Fase), contado a partir da data de envio do anúncio para publicação em jornal oficial;
- b) Ao termo do primeiro terço do prazo fixado para apresentação das propostas, na fase de apresentação e análise das propostas e adjudicação (2.ª Fase), contado a partir da data do envio do convite para apresentação de propostas.

6.4. Os esclarecimentos aos pedidos a que se refere o número anterior serão prestados, por escrito, pelo júri do procedimento, através da plataforma eletrónica acinGov, até:

- a) Ao termo do segundo terço do prazo fixado para apresentação das candidaturas, contado a partir da data de envio do anúncio para publicação em jornal oficial, na fase de apresentação das candidaturas e qualificação dos candidatos (1.ª Fase);
- b) Ao termo do segundo terço do prazo fixado para apresentação das propostas, contado a partir da data do envio do convite para apresentação de propostas, na fase de apresentação e análise das propostas e adjudicação (2.ª Fase).

6.5. Os esclarecimentos referidos nos números anteriores, são disponibilizados na plataforma eletrónica e fazem parte integrante das peças do procedimento a que dizem respeito e prevalecem sobre estas em caso de divergência.

6.6. Sem prejuízo do indicado pelo número seguinte, o disposto nos números anteriores é aplicável, com as necessárias adaptações, à apresentação e pronuncia sobre erros e/ou omissões das peças do procedimento.

6.7. A análise e pronuncia sobre erros e omissões, e retificação, das peças do procedimento identificados pelos interessados são da competência do órgão competente para a decisão de contratar.

6.8. Para efeitos do presente procedimento, consideram-se erros e omissões das peças do procedimento os que digam respeito a:

- a) Aspetos ou dados que se revelem desconformes com a realidade;
- b) Espécies ou quantidades de prestações estritamente necessárias à integral execução do objeto do contrato a celebrar;
- c) Condições técnicas de execução do objeto do contrato a celebrar que o interessado não considere exequíveis;
- d) Erros e omissões que não se incluam nas alíneas anteriores.

6.9. A lista a apresentar ao órgão competente para a decisão de contratar deve identificar, expressa e inequivocamente, os erros ou omissões detetados, com exceção daqueles que por eles apenas pudessem ser detetados na fase de execução do contrato, atuando com a diligência objetivamente exigível em face das circunstâncias concretas.

6.10. O incumprimento do dever de identificar os erros e omissões a que se referem os números anteriores tem a consequência prevista no n.º 3 do artigo 378.º do CCP.

6.11. O órgão competente para a decisão de contratar identificará os termos do suprimento de cada um dos erros ou das omissões aceites nos termos do disposto nos pontos **6.7** e **6.8** desta peça.

6.12. Independentemente do disposto nos números anteriores, o órgão competente para a decisão de contratar pode, oficiosamente, proceder à retificação de erros ou omissões das peças do procedimento, bem como prestar esclarecimentos, no mesmo prazo referido em **6.4**, ou até ao final do prazo de entrega das candidaturas ou propostas, devendo, neste caso, atender-se ao disposto no artigo 64.º do CCP.

6.13. Os esclarecimentos, as retificações e as listas com a identificação dos erros e omissões detetados pelos interessados serão juntos às peças do procedimento que se encontram patentes para consulta, sendo todos os interessados que as tenham obtido imediatamente notificados desse facto.

6.14. A comunicação das retificações ou dos esclarecimentos para além do prazo estabelecido para o efeito no n.º 6.4, desde que o respetivo pedido tenha sido apresentado com observância do prazo previsto no n.º 6.3., justifica a prorrogação do prazo para apresentação das candidaturas ou propostas, no mínimo, por período equivalente ao do atraso verificado, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 64.º do CCP.

6.15. Quando as retificações, independentemente do momento da sua comunicação, implicarem alterações de aspetos fundamentais das peças do procedimento, o prazo fixado para a apresentação das candidaturas ou propostas deve ser prorrogado, no mínimo, por período equivalente ao tempo decorrido desde o início daquele prazo até à comunicação das retificações ou à publicitação da decisão de aceitação de erros ou de omissões, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 64.º do CCP.

7. PREÇO BASE E INDICAÇÃO DO PREÇO

7.1. O preço base do presente procedimento é de **1.300.000,00 € (um milhão e trezentos mil euros)**, valor ao qual acresce o Imposto sobre o Valor Acrescentado aplicado à taxa legal em vigor.

7.2. Por preço base entende-se o montante máximo que a Entidade Adjudicante se dispõe a pagar pela integral execução do objeto do contrato a outorgar na sequência do presente procedimento.

7.3. Os preços constantes da proposta são expressos em *Euro*, indicados em algarismos e não incluem Imposto sobre o Valor Acrescentado.

7.4. Quando os preços constantes da proposta forem também indicados por extenso, em caso de divergência, estes prevalecem, para todos os efeitos, sobre os indicados em algarismos.

7.5. Sempre que nas propostas sejam indicados vários preços, em caso de qualquer divergência entre eles, prevalecem sempre, para todos os efeitos, os preços parciais unitários ou não, mais decompostos.

8. IMPEDIMENTOS

Não podem ser candidatos, concorrentes ou integrar qualquer agrupamento, as entidades que se encontrem em alguma das situações referidas no artigo 55.º do CCP, sem prejuízo do previsto no artigo 55.º-A do CCP.

9. CANDIDATOS, CONCORRENTES E AGRUPAMENTOS

9.1. É Candidato a entidade, pessoa singular ou coletiva, que participa na fase de qualificação do concurso (1.ª fase), mediante a apresentação de uma candidatura.

9.2. É Concorrente a entidade, pessoa singular ou coletiva, que participa num procedimento de formação de um contrato mediante a apresentação de uma proposta (2.ª fase).

9.3. Podem ser candidatos ou concorrentes agrupamentos de pessoas singulares ou coletivas, sem que entre as mesmas exista qualquer modalidade jurídica de associação.

9.4. Os membros de um agrupamento candidato /concorrente não podem ser candidatos/concorrentes individuais no mesmo procedimento, nem integrar outro agrupamento candidato/concorrente.

9.5. Sem prejuízo da constituição jurídica dos agrupamentos não ser exigida no momento da apresentação da candidatura e da proposta, todos os membros do Agrupamento, e apenas estes, obrigam-se, em caso de adjudicação, a assumir a forma de **consórcio externo, em regime de responsabilidade solidária**, com vista à celebração do contrato objeto do presente procedimento, devendo as entidades que compõem o agrupamento Candidato/Concorrente indicar o chefe do consórcio e conferir-lhe, no mesmo ato, e por procuração, os poderes a que se referem as alíneas do n.º 1 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 231/81, de 28 de julho, e ainda os poderes especiais para receber da entidade adjudicante, e dela dar quitação, de quaisquer quantias que devam ser pagas às consorciadas em execução do contrato que eventualmente venha a ser celebrado **ou**, em alternativa, um **agrupamento complementar de empresas (ACE)**, nos termos da Lei n.º 4/73, de 04 de junho e do Decreto-Lei n.º 430/73, de 25 de agosto.

9.6. Todos e cada um dos membros de um agrupamento candidato/concorrente deverão cumulativamente assumir responsabilidade solidária perante a entidade adjudicante pela manutenção da candidatura/proposta, pelo cumprimento de todas as obrigações inerentes à apresentação da candidatura/proposta, à adjudicação da proposta e à celebração e execução do contrato, se for o caso.

9.7. As entidades que compõem o agrupamento devem designar um representante comum para praticar quaisquer atos respeitantes ao presente procedimento, incluindo a assinatura da candidatura e da proposta, devendo, para o efeito, entregar instrumentos de mandato emitidos por cada uma das entidades que o compõem.

9.8. No caso de o candidato ser um agrupamento, a observância dos requisitos mínimos de capacidade técnica indicados em 12. obedecerá às seguintes regras:

- i) O conjunto dos requisitos mínimos de capacidade técnica pode ser preenchido apenas por um dos membros individualmente ou alguns dos membros do agrupamento

conjuntamente;

- ii) Cada requisito mínimo de capacidade técnica deve ser preenchido por um único técnico, não se admitindo cumulação de experiência de diferentes indivíduos para cumprimento de um único requisito.

10. INSPEÇÃO DO LOCAL DOS TRABALHOS

10.1 Até ao termo do prazo de apresentação de propostas, os interessados poderão inspecionar o local onde decorre a Empreitada de Construção do Novo Porto das Lajes das Flores, e realizar nele os reconhecimentos que entenderem indispensáveis à elaboração das suas propostas, devendo para o efeito apresentar um pedido com uma antecedência mínima de 5 dias úteis para a data de visita pretendida, a qual será acompanhada por elemento da Entidade Adjudicante.

10.2 Para efeitos do disposto pelo número anterior, as comunicações deverão realizar-se nos termos definidos pelo ponto 3.6 desta peça.

10.3 Cada visita efetuada nos termos dos números anteriores será documentada mediante auto assinado pelo representante da Entidade Adjudicante e os Interessados que então compareçam no local.

I – FASE DE APRESENTAÇÃO DAS CANDIDATURAS E DE QUALIFICAÇÃO DOS CANDIDATOS

11. QUALIFICAÇÃO DOS CANDIDATOS

A qualificação dos candidatos assenta no modelo simples de qualificação previsto no artigo 179.º do CCP, que corresponde ao preenchimento de requisitos mínimos de capacidade técnica exigidos e fixados neste Programa de Concurso.

12. REQUISITOS MÍNIMOS DE CAPACIDADE TÉCNICA

12.1. Os candidatos, ou em caso de agrupamento, pelo menos um dos seus constituintes, devem comprovar que detêm capacidade técnica adequada à boa execução do contrato a outorgar na sequência do presente procedimento.

12.2. Para efeitos do número anterior, considera-se que o Candidato dispõe de capacidade técnica adequada à boa execução do contrato a outorgar na sequência do presente procedimento quando cumprir os seguintes requisitos mínimos:

- i) O **Diretor da Fiscalização** será um Engenheiro Civil, membro sénior da Ordem dos Engenheiros, ou Engenheiro Técnico Civil, membro sénior da Ordem dos Engenheiros Técnicos, com 5 (cinco) anos de experiência mínima em fiscalização e/ou execução de **obras marítimas semelhantes** à da Empreitada de Construção do Novo Porto das Lajes das Flores, e 2 (dois) anos de experiência em fiscalização e/ou execução de **obras de construção civil**;
- ii) O **Diretor de Fiscalização Adjunto** será um Engenheiro Civil, membro sénior da Ordem dos Engenheiros, ou Engenheiro Técnico Civil, membro sénior da Ordem dos Engenheiros Técnicos, com 2 (dois) anos de experiência mínima em fiscalização e/ou execução de **obras marítimas semelhantes** à da Empreitada de Construção do Novo Porto das Lajes das Flores, e 2 (dois) anos de experiência mínima em fiscalização e/ou execução de obras de **construção civil**;
- iii) O **Fiscal de Obras Marítimas**, deverá possuir experiência mínima de 3 (três) anos como técnico de obra/fiscal de obra em **obras marítimas semelhantes** à da Empreitada de Construção do Novo Porto das Lajes das Flores;
- iv) O Fiscal Técnico de **Pré-Fabricação e Construção Civil** deverá possuir experiência mínima de 3 (três) anos como técnico de obra/fiscal de obra em obras de **construção civil**;
- v) O Fiscal Técnico de **Pré-Fabricação Externo** deverá possuir experiência mínima de 3 (três) anos como técnico de obra/fiscal de obra em obras marítimas que incluam pré-fabricação de elementos em betão, simples e armado, nomeadamente blocos Antifer ou Tetrápodos, aduelas e caixotões;
- vi) O **Coordenador de Segurança em Obra** será um Técnico Superior de Segurança no Trabalho, com experiência mínima de 3 (três) anos na coordenação de segurança em empreitadas.

12.3. Para efeitos do disposto pelo ponto 12.2 desta peça, os anos de experiência serão considerados tendo por referência a data de termo do prazo determinado para a apresentação de candidaturas.

12.4. Para efeitos do disposto pelas alíneas i), ii) e iii) do ponto 12.2 desta peça, serão consideradas **obras marítimas semelhantes** à *Empreitada de Construção do Novo Porto das Lajes das Flores* as obras marítimo-portuárias que consistam na construção de quebra-mares, cais ou muros cortina e taludes de proteção, todas construídas em mar aberto e que incluam a pré-fabricação e colocação de elementos em betão e execução, ampliação ou requalificação de redes técnicas em molhes, por serem obras executadas em condições semelhantes e que exigem idênticos equipamentos e, principalmente, idênticos processos construtivos.

12.5. Para efeitos do disposto pelas alíneas i), ii) e iv) do ponto 12.2 desta peça, serão consideradas **obras de construção civil** as obras que envolvam a construção ou ampliação de edifícios com estrutura

em betão armado que incluam a execução de infraestruturas de abastecimento de águas e esgotos, redes elétricas e ITED, por serem obras executadas em condições semelhantes e que exigem idênticos equipamentos e, principalmente, idênticos processos construtivos.

12.6. O preenchimento dos requisitos mínimos de capacidade técnica e profissional, para os membros da equipa de fiscalização do candidato, será comprovado pela apresentação dos documentos referidos no ponto seguinte.

13. DOCUMENTOS DA CANDIDATURA

13.1. A candidatura deverá ser constituída pelos seguintes documentos:

- a)** Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP) do candidato, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 168.º do CCP e elaborado conforme indicações constantes do **Anexo II** do presente Programa do Procedimento;
- b)** Declaração dos dados gerais respeitantes ao candidato utilizando o formulário constante no **Anexo III** deste Programa de Concurso, que deve ser enviado em ficheiro autónomo com a designação "ANEXO_III_(denominação do Candidato).pdf", na qual indique os dados de informação geral da empresa e o(s) representante(s) do candidato ou, em caso de agrupamento, o Representante Comum, incluindo endereço, telefone e email;
- c)** Procurações e instrumentos de mandato, incluindo, se aplicável, os referidos nos pontos 9.5 e 9.7 desta peça;
- d)** Certidão Permanente do Candidato, ou membros do agrupamento caso se aplique.

13.2. Os candidatos podem ainda apresentar, facultativamente, com a sua candidatura, as declarações e documentos comprovativos dos requisitos mínimos de capacidade técnica fixados no ponto 12. do presente Programa do Procedimento, sem prejuízo da respetiva apresentação após a decisão de qualificação, conforme previsto no ponto 20.2., os quais deverão conter os seguintes elementos:

- i)** Lista identificativa dos elementos da equipa de fiscalização proposta e respetivos currículos, de acordo com os modelos constantes dos **anexos IV e V** da presente peça;
- ii)** Comprovativos de inscrição do Diretor da Fiscalização na respetiva ordem profissional, com indicação do grau de membro;
- iii)** Comprovativos de inscrição do Diretor da Fiscalização Adjunto na respetiva ordem profissional, com indicação do grau de membro;
- iv)** Comprovativo do título profissional de Técnico Superior de Segurança no Trabalho do Coordenador de Segurança em Obra;
- v)** Documentos comprovativos da experiência profissional do Diretor da Fiscalização, do Diretor de Fiscalização Adjunto, do Fiscal de Obras Marítimas, do Fiscal de Pré-Fabricação e Construção

Civil, do Fiscal de Pré-Fabricação externo à Ilha das Flores e do Coordenador de Segurança em Obra, emitidos pelo respetivo Dono de Obra ou, em alternativa, declaração sob compromisso de honra, emitida pelo candidato, onde constem os seguintes itens:

- Identificação do técnico a que se refere o documento/declaração;
- Designação da empreitada(s) e respetivo(s) Dono(s) de Obra;
- Valor e localização da empreitada;
- Descrição sucinta de cada obra, que permita aferir o cumprimento do requisito a que a declaração seja referente;
- Funções exercidas e respetivo período de exercício em referência ao técnico em causa concretamente (indicar mês/ano de início e mês/ano do termo);
- Assinatura do(s) representante(s) do declaratório.

13.3. Os documentos que constituem a candidatura, onde se inclui o Documento Europeu Único de Contratação Pública referido em 13.1. alínea a) desta peça, devem ser assinados por quem dotado dos necessários poderes a vincular o candidato, com recurso a assinatura digital qualificada, em cumprimento do disposto pelo artigo 54.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.

13.4. Quando a candidatura seja apresentada por um **agrupamento candidato**, deve ser apresentado **um DEUCP distinto** relativamente a **cada membro** do agrupamento e respetivamente assinado pelos seus legais representantes.

13.5. Quando, para efeitos do preenchimento dos requisitos mínimos de capacidade técnica, o candidato recorra a terceiros, independentemente do vínculo que com eles estabeleça, nomeadamente o de subcontratação, a respetiva candidatura é ainda constituída por:

- i) Um **DEUCP distinto** por toda e cada uma das entidades terceiras a que o candidato recorra para preenchimento dos referidos requisitos mínimos;
- ii) Declaração através da qual o(s) terceiro(s) se compromete(m), incondicionalmente a realizar determinadas prestações objeto do contrato a celebrar.

13.6. Os documentos da candidatura serão obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa, salvo se, pela sua própria natureza ou origem, os mesmos estiverem redigidos em língua estrangeira, devendo o candidato, nesse caso, fazê-los acompanhar de tradução devidamente legalizada, prevalecendo a tradução sobre o original em língua estrangeira, para todos os efeitos.

14. PRAZO E MODO DE APRESENTAÇÃO DAS CANDIDATURAS

14.1. As candidaturas e os documentos que as acompanham devem ser entregues até às 23h59 (tomando por referência o fuso horário de Portugal Continental) do 30.º (trigésimo) dia a contar da

data de envio do anúncio para o Serviço das Publicações da União Europeia, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 174.º do CCP.

14.2. As candidaturas e os documentos que as acompanham devem, nos termos do n.º 1 do artigo 170.º do CCP, ser apresentados diretamente através da plataforma eletrónica acessível no sítio www.acinGov.pt.

14.3. À classificação dos documentos que constituem a candidatura aplica-se, com as necessárias adaptações o disposto pelo artigo 66.º do CCP, e que consta igualmente do ponto 25 do presente Programa de Procedimento.

15. LISTA DOS CANDIDATOS E CONSULTA DAS CANDIDATURAS APRESENTADAS

15.1. O júri, no dia imediato ao termo do prazo fixado para a apresentação das candidaturas, procede à publicitação da lista dos candidatos na plataforma eletrónica utilizada pela entidade adjudicante.

15.2. Mediante a atribuição de um login e de uma password, aos candidatos incluídos na lista é facultada a consulta, diretamente na plataforma eletrónica referida no número anterior, de todas as candidaturas apresentadas.

15.3. O interessado que não tenha sido incluído na lista dos candidatos pode reclamar desse facto, no prazo de três dias contados da publicitação da lista, devendo para o efeito apresentar comprovativo da tempestiva apresentação da sua candidatura.

15.4. Caso a reclamação prevista no número anterior seja deferida, mas não se encontre a candidatura do reclamante, o júri fixa-lhe um novo prazo para a apresentar, sendo aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto nos pontos 15.1 e 15.2.

16. ANÁLISE DAS CANDIDATURAS E ESCLARECIMENTOS

16.1. O júri do concurso analisa as candidaturas, para efeitos da qualificação dos respetivos candidatos, em função das informações constantes do DEUCP, e documentos que possam pelo mesmo ter vindo a ser facultados ao abrigo do disposto pelo ponto 13.2 da presente peça, sobre o preenchimento dos requisitos mínimos estipulados no presente Programa do Procedimento.

16.2. O júri, nos termos dos artigos 183.º n.º 1 e 72.º do CCP, pode pedir aos candidatos quaisquer esclarecimentos sobre os documentos, da sua autoria, destinados à qualificação que considere necessários para efeitos da análise das candidaturas.

17. RELATÓRIO PRELIMINAR DA FASE DE QUALIFICAÇÃO

17.1. Após a análise das candidaturas, o júri elabora fundamentadamente um relatório preliminar, no qual deve propor a qualificação dos candidatos.

17.2. No relatório preliminar a que se refere o número anterior, o júri deve também propor a exclusão das candidaturas cuja análise revele alguma das situações previstas pelo artigo 184.º n.º 2 do CCP.

17.3. Do relatório preliminar da fase de qualificação deve ainda constar referência aos esclarecimentos prestados pelos candidatos nos termos do disposto no ponto 16.2 deste Programa do Procedimento.

18. AUDIÊNCIA PRÉVIA DA FASE DE QUALIFICAÇÃO

Elaborado o relatório preliminar referido no artigo anterior, o júri envia-o a todos os candidatos, fixando-lhes um prazo de 5 (cinco) dias, para que, querendo, se pronunciem, por escrito, ao abrigo do direito de audiência prévia.

19. RELATÓRIO FINAL DA FASE DE QUALIFICAÇÃO

19.1. Cumprido o disposto no ponto anterior, o júri elabora um relatório final fundamentado, no qual ponderará as observações dos candidatos efetuadas ao abrigo do direito de audiência prévia, mantendo ou modificando o teor e as conclusões do relatório preliminar, podendo ainda determinar a exclusão de qualquer candidatura se verificar, nesta fase, a ocorrência de qualquer dos motivos previstos no ponto 17.2 do presente Programa do Procedimento.

19.2. No caso previsto na parte final do número anterior, bem como quando do relatório final resulte uma desqualificação de candidatos relativamente ao disposto no relatório preliminar, o júri procederá a nova audiência prévia, nos termos previstos no ponto 18, com a consequente aplicação do disposto no ponto anterior subsequentemente.

19.3. O relatório final elaborado, juntamente com os demais documentos que compõem o processo de concurso, será enviado ao órgão competente para a decisão de contratar.

19.4. Cabe ao órgão competente para a decisão de contratar decidir sobre a aprovação de todas as candidaturas contidas no relatório final, nomeadamente para efeitos de qualificação de candidatos.

20. DECISÃO DE QUALIFICAÇÃO E SUA NOTIFICAÇÃO

20.1. A decisão de qualificação será notificada aos candidatos, acompanhada do relatório final da fase de qualificação, no prazo máximo de **44 (quarenta e quatro) dias** após o termo do prazo fixado para a apresentação das candidaturas, conforme disposto no artigo 187.º do CCP.

20.2 Juntamente com a notificação da decisão de qualificação, o órgão competente para a decisão de contratar deve notificar os candidatos qualificados, concedendo-lhes o prazo de 10 (dez) dias para:

- a)** Apresentarem as declarações e documentos comprovativos dos requisitos mínimos de capacidade técnica fixados no ponto 12. do presente Programa do Procedimento, dando-se por reproduzido;
- b)** Confirmarem, se for o caso, os compromissos assumidos por terceiras entidades relativos aos requisitos referidos na alínea anterior.

20.3 A decisão de qualificação caduca quando o candidato não apresente os documentos referidos no ponto anterior, ou não demonstre o cumprimento dos requisitos mínimos de capacidade técnica exigidos neste Programa de Concurso, no prazo de 10 dias igualmente ali referido, sendo que será dado sempre ao candidato um prazo não superior a 5 (cinco) dias para que se pronuncie, por escrito, ao abrigo do direito de audiência prévia, sendo aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto nos n.ºs 3 e 4 do artigo 86.º do CCP.

20.4. Os candidatos qualificados passam à fase seguinte em condições de igualdade.

20.5. Cumprido o disposto nos pontos anteriores, o órgão competente para a decisão de contratar notifica todos os candidatos da decisão de qualificação tomada.

II – FASE DE APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DAS PROPOSTAS E DA ADJUDICAÇÃO

21. CONVITE À APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS

21.1. Com a notificação referida no ponto 20.5 da presente peça, será enviado, em simultâneo, aos candidatos qualificados um convite à apresentação de propostas, em conformidade com o previsto no artigo 189.º do CCP.

21.2. As normas do convite prevalecem sobre quaisquer indicações constantes dos anúncios ou plataforma eletrónica de contratação pública com elas desconformes, mas as normas contidas no Programa do Procedimento prevalecem sobre aquelas.

22. DOCUMENTOS DA PROPOSTA

22.1. A proposta é a declaração pela qual o Concorrente manifesta à Entidade Adjudicante a sua vontade de contratar e os termos pelo qual se dispõe a fazê-lo, e deverá ser constituída pelos seguintes documentos:

- a) Certidão permanente** da entidade Concorrente, ou dos membros do Agrupamento Concorrente, caso se aplique;
- b) Comprovativo** (ou o código de acesso) do registo de beneficiário efetivo (RCBE) da entidade concorrente;
- c) Procurações e instrumentos de mandato**, incluindo, se aplicável, os referidos nos pontos 9.5 e 9.7 desta peça;
- d) Documento Demonstrativo da Estrutura de Custos do Trabalho**, a redigir nos termos do artigo 57.º-A n.º 2 do CCP;
- e) Documentos que, em função do objeto do contrato a celebrar e dos aspetos da sua execução submetidos à concorrência pelo caderno de encargos**, contenham os atributos da proposta, de acordo com os quais o concorrente se dispõe a contratar, a saber:
 - i. Proposta de Preço elaborada em conformidade com a minuta em anexo (**anexo VI**), a qual será assinada pelo concorrente ou seu representante;
 - ii. Taxas horárias **normais** para os elementos que devem constituir a equipa de fiscalização, nos termos definidos pelo caderno de encargos (no mínimo, deve integrar Diretor da Fiscalização, Diretor de Fiscalização Adjunto, Fiscal de Obras Marítimas, Fiscal de Pré-Fabricação e Construção Civil e Fiscal de Pré-Fabricação externo à Ilha das Flores, Coordenador de Segurança em Obra, Equipa de Mergulhadores, Equipa de Topo e Hidrografia e Assessoria Técnica), considerando os períodos de trabalho normais, incluindo todos os encargos (meios materiais da responsabilidade do adjudicatário, transporte, alojamento etc.), conforme **anexo VII**.
- f) Documentos que contêm termos e condições relativos a aspetos de execução do contrato não submetidos a concorrência**, aos quais a Entidade Adjudicante pretende que o concorrente se vincule, a saber
 - i. Taxas horárias **extraordinárias** para os elementos que devem constituir a equipa de fiscalização, nos termos definidos pelo caderno de encargos (no mínimo, deve integrar Diretor da Fiscalização, Diretor de Fiscalização Adjunto, Fiscal de Obras Marítimas, Fiscal de Pré-Fabricação e Construção Civil e Fiscal de Pré-Fabricação externo à Ilha das Flores, Coordenador de Segurança em Obra, Equipa de Mergulhadores, Equipa de Topo e Hidrografia e Assessoria Técnica), considerando os períodos de trabalho em regime extraordinário (turnos, feriados, dias de descanso), incluindo todos os encargos (meios materiais da responsabilidade do adjudicatário, transporte, alojamento etc.), conforme **anexo VII**;

- ii. Mapa dos valores mensais a faturar, elaborado em conformidade com o **anexo VIII**.

22.2. Integram também a proposta quaisquer outros documentos que os concorrentes apresentem por os considerarem indispensáveis para os efeitos do disposto na parte final da alínea b) do n.º 1 do artigo 57.º do CCP.

22.3. Os documentos que constituem a proposta são obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa, sem prejuízo dos documentos que respeitem a documentos técnicos do tipo catálogos ou semelhantes, os quais também podem ser redigidos em inglês, sempre que dos mesmos resultem objetivamente apreensíveis as características ou especificidades técnicas respetivas, de acordo com as normais *regras da arte*, mostrando-se deste modo suficiente a sua redação nesta língua estrangeira e sem necessidade de tradução.

22.4. O documento previsto pela alínea d) do ponto 22.1 é classificado, independentemente da apresentação de requerimento para o efeito, cabendo ao Concorrente garantir a sua classificação em plataforma eletrónica aquando da apresentação da respetiva proposta.

23. PROPOSTAS VARIANTES

No presente procedimento não são admitidas propostas variantes.

24. PRAZO E MODO DE APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS

24.1. As propostas e os documentos que as acompanham devem ser entregues até às **23:59 (fuso horário de Portugal Continental) do 25.º (vigésimo quinto) dia** a contar da data do envio do Convite para apresentação de propostas.

24.2. As propostas e os documentos que as acompanham devem, nos termos do n.º 1 do artigo 62.º do CCP, ser apresentados através da plataforma eletrónica acessível no sítio www.acinGov.pt.

24.3 Todos os documentos que integram a proposta devem ser assinados por quem tenha poderes para obrigar o Concorrente, com recurso a assinatura digital qualificada em cumprimento do disposto pelo artigo 54.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.

25. CLASSIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS DA PROPOSTA

25.1. Sem prejuízo do disposto pelo ponto 22.4 da presente peça, por motivos de segredo comercial,

industrial ou outro, os interessados podem requerer, até ao termo do primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das Propostas, a classificação, nos termos da lei, de documentos que constituem a Proposta, para efeitos da restrição ou da limitação do acesso aos mesmos na medida do estritamente necessário.

25.2. A decisão sobre a classificação de documentos que constituem a Proposta será notificada aos interessados, pelo júri, até ao termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das Propostas.

25.3. Considera-se não escrita ou não declarada a classificação de um documento que não tenha sido expressamente autorizada nos termos do disposto nos pontos anteriores.

25.4. Se no decurso do procedimento deixarem de se verificar os pressupostos que determinaram a classificação de documentos que constituem as Propostas, o júri promoverá, oficiosamente, a respetiva desclassificação, informando do facto todos os interessados.

25.5. Quando, por força da classificação de documentos que constituem a proposta, não seja possível apresentá-los nos termos e nos prazos previstos para a apresentação das propostas, o júri estabelecerá, oficiosamente ou a pedido do interessado, um modo alternativo de apresentação dos documentos em causa ou a prorrogação daquele prazo na medida do estritamente necessário.

25.6. A entidade adjudicante não deve divulgar as informações constantes dos documentos classificados das propostas.

25.7. A entidade adjudicante pode impor aos concorrentes requisitos destinados a proteger as informações de natureza confidencial por ela disponibilizadas ao longo do procedimento de formação do contrato público.

26. LISTA DOS CONCORRENTES E CONSULTA DAS PROPOSTAS APRESENTADAS

Nos termos do disposto no artigo 138.º do CCP, no dia imediato ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, o júri procede à publicação da lista dos concorrentes, bem como à disponibilização de todas as propostas apresentadas pelos concorrentes incluídos na mencionada lista, na plataforma eletrónica indicada no ponto 3.3 desta peça.

27. PRAZO DE OBRIGATORIEDADE DE MANUTENÇÃO DAS PROPOSTAS

Os concorrentes são obrigados a manter as respetivas propostas pelo prazo mínimo de 180 (cento e oitenta) dias contados da data de termo do prazo fixado para a apresentação das propostas.

28. LEILÃO ELETRÓNICO

Não haverá lugar a leilão eletrónico.

29. ANÁLISE DAS PROPOSTAS

29.1. As Propostas são analisadas em todos os seus atributos e termos ou condições impostos pelo Caderno de Encargos.

29

29.3. São excluídas pela Entidade Adjudicante, sob proposta fundamentada do júri, contida no Relatório Preliminar mencionado no ponto 32. do presente Programa do Procedimento, as propostas cuja análise revele alguma das situações previstas pelo artigo 146.º n.º 2 do CCP.

29.4. A exclusão de quaisquer propostas com fundamento no disposto nas alíneas e) e g) do n.º 2 do artigo 70.º do CCP, bem como a existência de indícios de práticas restritivas da concorrência, ainda que não tenham dado origem à exclusão da proposta, devem ser comunicadas à Inspeção Regional das Atividades Económicas (IRAE), nos termos e para os efeitos do artigo 86.º do Decreto Legislativo Regional n.º 27/2015/A, de 29 de dezembro e, nos termos do n.º 5 do artigo 70.º do CCP, também à Comissão Europeia.

30. ESCLARECIMENTOS SOBRE AS PROPOSTAS E DOCUMENTOS QUE AS ACOMPANHAM

30.1. O Júri do procedimento pode pedir aos concorrentes quaisquer esclarecimentos sobre as Propostas apresentadas que considere necessários para efeito da análise e da avaliação das mesmas.

30.2. Os esclarecimentos prestados pelos respetivos concorrentes fazem parte integrante das propostas, desde que não contrariem os elementos constantes dos documentos que as constituem, não alterem ou completem os respetivos atributos, nem visem suprir omissões que determinariam a sua exclusão nos termos do disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 70.º do CCP.

30.3. O júri deve solicitar aos concorrentes que, no prazo máximo de cinco dias, procedam ao suprimento de irregularidades formais das suas propostas que careçam de ser supridas, desde que tal suprimento não seja suscetível de modificar o respetivo conteúdo e não desrespeite os princípios da igualdade de tratamento e da concorrência, incluindo, designadamente:

- a) A não apresentação ou a incorreta apresentação de documentos que se limitem a comprovar factos ou qualidades anteriores à data de apresentação da proposta;
- b) Quando obrigatório, a não junção de tradução em língua portuguesa de documentos apresentados em língua estrangeira;

c) A falta ou insuficiência da assinatura, incluindo a assinatura eletrónica, de quaisquer documentos que constituam a proposta, as quais podem ser supridas através da junção de declaração de ratificação devidamente assinada e limitada aos documentos já submetidos.

30.4. O júri procede à retificação oficiosa de erros de escrita ou de cálculo contidos nas propostas, desde que seja evidente para qualquer destinatário a existência do erro e os termos em que o mesmo deve ser corrigido.

31. CRITÉRIO DE ADJUDICAÇÃO

31.1. A adjudicação será efetuada segundo o critério da proposta economicamente mais vantajosa para a Entidade Adjudicante, na modalidade de monofator, identificado como avaliação do preço mais baixo, nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 74.º do CCP, devendo os valores propostos ser arredondados às duas casas decimais após a vírgula - sendo que caso não o sejam, o arredondamento será feito oficiosamente, por defeito ou por excesso, a duas casas decimais (se o terceiro algarismo depois da vírgula for inferior a 5, o segundo algarismo depois da vírgula mantém-se inalterado; se o terceiro algarismo depois da vírgula for igual ou superior a 5, o segundo algarismo depois da vírgula é alterado para a unidade superior mais próxima).

31.2. No caso de se verificar um empate, o critério de desempate será o sorteio a realizar na presença dos representantes legais dos concorrentes que apresentaram as propostas empatadas e em ato público [cujo dia, hora e local serão comunicados pelo Júri do procedimento com uma antecedência de 5 (cinco) dias úteis], e que seguirá o seguinte formalismo:

- O sorteio será feito pelo Júri do concurso, mediante o sistema de aposição em boletim de papel, posteriormente dobrado em 4, contendo os nomes/identificação social dos concorrentes empatados, e seu depósito em urna ou em saco de pano ou papel, sempre opacos-escuros de modo a preservar-se a idoneidade do sorteio; e serão os próprios representantes dos concorrentes quem, à vez, retirarão da urna ou do saco, cada um, 1 boletim - a começar pelo concorrente cujo nome ou designação social iniciar com a letra do alfabeto latino-português mais aproximada da primeira ou por esta própria - letra A).
- O primeiro boletim identificará o concorrente vencedor, sendo de seguida retirados os restantes boletins, confirmando-se assim que todos os concorrentes empatados estavam considerados no sorteio.
- Do ato público do sorteio, será elaborada a respetiva ata.

32. RELATÓRIO PRELIMINAR

32.1. Após a análise das propostas e a aplicação do critério de adjudicação, o júri elabora fundamentadamente um relatório preliminar de avaliação, no qual propõe a ordenação das mesmas.

32.2. O júri deve também propor, fundamentadamente, a exclusão das propostas por qualquer dos motivos previstos nos pontos 29.2 e 29.3 desta peça.

32.3. Do relatório preliminar constará ainda a referência aos esclarecimentos prestados, nos termos permitidos por lei, pelos concorrentes relativamente às respetivas propostas.

33. AUDIÊNCIA PRÉVIA

Elaborado o relatório preliminar referido no ponto anterior, o júri envia-o a todos os concorrentes, fixando-lhe um prazo, não inferior a 5 (cinco) dias úteis, para que se pronunciem, por escrito, ao abrigo do direito de audiência prévia, salvo se tiver sido apresentada uma única proposta, aplicando-se, nesse caso, o disposto no artigo 125.º do CCP.

34. RELATÓRIO FINAL

34.1. Cumprido o disposto no ponto anterior, o júri elabora um relatório final fundamentado, no qual pondera as observações dos concorrentes efetuadas ao abrigo do direito de audiência prévia, mantendo ou modificando o teor e as conclusões do relatório preliminar, podendo ainda propor a exclusão de propostas iniciais se verificar, nesta fase, a ocorrência de qualquer dos motivos de exclusão.

34.2. No caso previsto na parte final do ponto anterior, bem como quando do relatório final resulte uma alteração da ordenação das propostas constante do relatório preliminar, o júri procede a nova audiência prévia, nos termos previstos no ponto 33, sendo subsequentemente aplicável o disposto no ponto anterior.

34.3. O relatório final, juntamente com os demais documentos que compõem o processo, é enviado ao órgão competente para a decisão de contratar.

34.4. Cabe ao órgão competente para a decisão de contratar decidir sobre a aprovação de todas as propostas contidas no relatório final, nomeadamente para efeitos de adjudicação.

35. DEVER DE ADJUDICAÇÃO

Sem prejuízo do disposto no número seguinte, o órgão competente para a decisão de contratar tomará a decisão de adjudicação e notificará-la aos concorrentes até ao termo do prazo de manutenção das

propostas, podendo, por motivo devidamente justificado, ser esta decisão tomada e notificada aos concorrentes após o termo do prazo referido.

36. CAUSAS DE NÃO ADJUDICAÇÃO OU DE ESPECIAL CONDICIONAMENTO DA ADJUDICAÇÃO

36.1. Não há lugar a adjudicação quando:

- a) Nenhum concorrente haja apresentado proposta;
- b) Todas as propostas tenham sido excluídas;
- c) Por circunstâncias imprevistas, seja necessário alterar aspetos fundamentais das peças do procedimento;
- d) Circunstâncias supervenientes relativas aos pressupostos da decisão de contratar, o justifiquem;
- e) No caso de a aquisição ser objeto de candidatura a programas financeiros de apoio, nacionais ou comunitários, e de as entidades gestoras dos programas respetivos exigirem a adjudicação para o efeito da aprovação final da candidatura a submeter ao cofinanciamento respetivo, o órgão com competência legal para a decisão de contratar pode condicionar os efeitos da adjudicação à aprovação da referida candidatura, sem o que, em caso de não aprovação, a adjudicação caducará.

36.2. A decisão de não adjudicação e, bem assim, na situação especial mencionada na alínea e) do número anterior, bem como os respetivos fundamentos, deve ser notificada a todos os Concorrentes, e implica a revogação da decisão de contratar, nos termos do artigo 80.º n.º 1 do CCP.

36.3. No caso da alínea c) do ponto 36.1., é obrigatório dar início a um novo procedimento no prazo máximo de 6 (seis) meses a contar da data da notificação da decisão de não adjudicação.

37. NOTIFICAÇÃO DA DECISÃO DE ADJUDICAÇÃO

37.1. A decisão de adjudicação será notificada, em simultâneo, a todos os concorrentes.

37.2. Juntamente com a notificação da decisão de adjudicação, o órgão competente para a decisão de contratar notificará o adjudicatário para:

- a) No prazo de **10 dias**, apresentar os documentos de habilitação exigidos no ponto 38. desta peça;

- b) No prazo de **10 dias**, prestar caução nos termos do disposto nos pontos 41 e 42 desta peça, indicando expressamente o seu valor;
- c) No prazo de **10 dias**, confirmar, se for o caso, os compromissos assumidos por terceiras entidades relativos a atributos ou a termos ou condições da proposta adjudicada;
- d) No prazo de **5 dias**, se pronunciar sobre a minuta do contrato.

37.3. O prazo fixado para a apresentação dos documentos de habilitação pode ser prorrogado, por uma única vez, por solicitação do adjudicatário, formulada ao órgão competente para a decisão de contratar, por um período não superior a 5 (cinco) dias.

37.4. As notificações referidas nos pontos anteriores serão acompanhadas do relatório final de análise das propostas ou da Informação em caso de aplicação do disposto pelo artigo 125.º do CCP.

38. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E PRAZO DA SUA APRESENTAÇÃO

38.1. O adjudicatário deve apresentar, até ao 10.º (décimo) dia após a notificação para o efeito, os seguintes documentos de habilitação:

- a) Declaração elaborada em conformidade com o modelo constante do **Anexo IX** ao presente Programa do Procedimento, e a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do CCP;
- b) Documentos comprovativos de que não se encontra em nenhuma das situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do artigo 55.º do CCP [através das declarações dos organismos competentes (Instituto de Gestão financeira da Segurança Social e Repartição de Finanças do domicílio ou sede do concorrente) relativas à situação contributiva perante a Segurança Social – alínea d) - e ao pagamento de impostos – alínea e) -, bem como através do certificado de registo criminal do concorrente ou, em caso de pessoas coletivas, do concorrente e dos titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência em efetividade de funções – alíneas b) e h) do artigo 55.º do CCP e alínea b) do n.º 1 do artigo 33.º do Decreto Legislativo Regional n.º 27/2015/A, de 29 de dezembro];
- c) Plano de Prevenção de Corrupção e de Infrações Conexas, salvo se o adjudicatário for uma pessoa singular ou uma micro, pequena e média empresa, devidamente certificada nos termos da lei, devendo, neste último caso, apresentar devido comprovativo ao efeito;
- d) Termos de responsabilidade do Diretor de Fiscalização e Diretor de Fiscalização Adjunto, para cumprimento do disposto pelo artigo 23.º n.º 1 da Lei n.º 31/2009, de 03 de julho, na sua redação atual;
- e) Comprovativos de contratação dos seguros de responsabilidade civil do Diretor de Fiscalização e Diretor de Fiscalização Adjunto, para cumprimento do disposto pelos artigos 23.º n.º 1 e 24.º da Lei n.º 31/2009, de 03 de julho, na sua redação atual;
- f) Identificação e comprovativos de habilitação referentes à Equipa de Mergulho;

- g) Identificação e comprovativos de habilitação referentes à Equipa de Topo Hidrografia;
- h) Documentos facultativos que os concorrentes considerem conter outros elementos relevantes para a apreciação da sua capacidade técnica e experiência.

38.2. As declarações referidas nos números anteriores deverão ser assinadas pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para o obrigar.

38.3. No caso de se verificar alguma irregularidade nos documentos de habilitação apresentados que impliquem a caducidade da adjudicação, a entidade adjudicante concederá um prazo de 5 (cinco) dias ao adjudicatário para a respetiva supressão.

38.4. Todos os documentos de habilitação deverão ser redigidos em língua portuguesa, aceitando-se, porém, que sejam apresentados em língua estrangeira quando a própria natureza ou origem assim o exigir desde que acompanhados de tradução devidamente legalizada, sendo que a tradução prevalecerá para todos os efeitos sobre os originais em língua estrangeira.

38.5. Sem prejuízo do disposto nos pontos anteriores, o Adjudicatário é sempre responsável por manter a habilitação necessária ao exercício das prestações objeto do contrato a outorgar na sequência do presente procedimento, suas e dos respetivos técnicos, no decorrer de todo o seu prazo de vigência.

39. MODO DE APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

39.1. Nos termos do disposto na Portaria n.º 372/2017, de 14 de dezembro, o adjudicatário deve apresentar reprodução dos documentos de habilitação através da plataforma eletrónica utilizada pela entidade adjudicante e identificada no presente Programa do Procedimento.

39.2. O órgão competente para a decisão de contratar pode sempre solicitar ao adjudicatário, ainda que tal não conste do Convite ou do Programa do Procedimento, a apresentação de quaisquer documentos comprovativos da titularidade das habilitações legalmente exigidas para a execução das prestações objeto do contrato a celebrar, fixando-lhe prazo para o efeito.

39.3. O adjudicatário não tem de apresentar os documentos previstos na alínea b) do n.º 38.1 desta peça se estiver registado no Portal Nacional de Fornecedores do Estado.

40. MODO DE APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO POR AGRUPAMENTOS

40.1. Quando o adjudicatário for um agrupamento de pessoas singulares ou coletivas, os documentos previstos no n.º 1 do artigo 81.º do CCP e na Portaria n.º 372/2017, de 14 de dezembro, devem ser apresentados por todos os seus membros;

40.2. É aplicável aos membros dos agrupamentos concorrentes o disposto no n.º 4 do artigo 2.º da Portaria n.º 372/2017, de 14 de dezembro.

41. CAUÇÃO

41.1. Para garantia do exato e pontual cumprimento das obrigações contratuais, incluindo as relativas ao pagamento das penalidades contratuais, o adjudicatário prestará, no prazo de 10 (dez) dias a contar da notificação da adjudicação, uma caução de 2% do preço contratual, nos termos definidos no artigo 37.º do Decreto Legislativo Regional n.º 15/2024/A, de 30 de dezembro, pelo qual se aprovou o Orçamento da Região Autónoma dos Açores para o ano de 2025.

41.2. As cauções prestadas pelo cocontratante podem ser executadas pelo contraente público, sem necessidade de prévia decisão judicial ou arbitral, para satisfação de quaisquer importâncias que se mostrem devidas por força do não cumprimento por aquele das obrigações legais ou contratuais, designadamente as seguintes:

- a) Sanções pecuniárias aplicadas nos termos previstos no contrato;
- b) Prejuízos incorridos pelo contraente público, por força do incumprimento do contrato;
- c) Importâncias fixadas no contrato a título de cláusulas penais.

41.3. A execução parcial ou total de caução prestada pelo cocontratante implica a renovação do respetivo valor, no prazo de 15 dias após a notificação pelo contraente público para esse efeito.

41.4. A execução indevida da caução confere ao cocontratante o direito a indemnização pelos prejuízos daí advenientes.

41.5. A caução será liberada nos termos previstos no Caderno de Encargos.

42. MODO DE PRESTAÇÃO DA CAUÇÃO

42.1. O adjudicatário deve prestar a caução no prazo de 10 (dez) dias a contar da notificação para o efeito, devendo comprovar essa prestação junto da entidade adjudicante no dia imediatamente subsequente.

42.2. A caução é sempre de natureza “à primeira solicitação” e é prestada por depósito em dinheiro ou em títulos emitidos ou garantidos pelo Estado, ou mediante garantia bancária ou seguro-caução, conforme minutas constantes dos **Anexos X, XI e XII** do Programa do Procedimento.

42.3. O depósito em dinheiro ou títulos é efetuado em Portugal, em qualquer instituição de crédito, à ordem da entidade adjudicante, devendo ser especificado o fim a que se destina.

42.4. Quando o depósito for efetuado em títulos, estes são avaliados pelo respetivo valor nominal, salvo se, nos últimos três meses, a média da cotação na bolsa de valores ficar abaixo do par, caso em que a avaliação é feita em 90% dessa média.

42.5. Se o adjudicatário prestar a caução mediante garantia bancária, deverá apresentar um documento pelo qual um estabelecimento bancário legalmente autorizado assegure, até ao limite do valor da caução, o imediato pagamento de quaisquer importâncias exigidas pela entidade adjudicante em virtude do incumprimento de quaisquer obrigações a que a garantia respeita.

42.6. Tratando-se de seguro-caução, o adjudicatário deverá apresentar apólice pela qual a seguradora assuma, até ao limite do valor da caução, o encargo de satisfazer de imediato quaisquer importâncias exigidas pela entidade adjudicante em virtude do incumprimento de quaisquer obrigações a que o seguro respeita.

42.7. Das condições da garantia bancária ou da apólice de seguro-caução não poderá, em caso algum, resultar uma diminuição das garantias da entidade adjudicante, nos moldes em que são asseguradas pelas outras formas admitidas de prestação da caução.

42.8. Todas as despesas relativas à prestação da caução são da responsabilidade do adjudicatário.

43. CADUCIDADE DA ADJUDICAÇÃO

43.1. A adjudicação caduca se, por fato que lhe seja imputável, o adjudicatário:

- a) Não apresentar os documentos de habilitação, nos prazos fixados para o efeito ou não apresentar os referidos documentos em língua portuguesa ou em tradução devidamente legalizada;
- b) Não prestar, em tempo e nos termos estabelecidos, a caução que lhe seja exigida;
- c) Não confirmar, quando aplicável, os compromissos assumidos por terceiras entidades relativos a atributos ou a termos ou condições da sua proposta;
- d) Se por facto que lhe seja imputável, não remeter o contrato assinado eletronicamente, no prazo fixado pelo órgão competente para a decisão de contratar;

- e) No caso de o adjudicatário ser um agrupamento e os seus membros não se tiverem associado nos termos previstos no ponto 9 da presente peça;
- f) Falsificar qualquer documento de habilitação ou prestar de forma culposa falsas declarações.

43.2. Sem prejuízo de outras causas de caducidade previstas no CCP ou resultantes de outra legislação aplicável, determina ainda a caducidade da adjudicação a ocorrência superveniente de circunstâncias que inviabilizem a celebração do contrato, designadamente por impossibilidade natural ou jurídica, extinção da entidade adjudicante ou do adjudicatário ou por insolvência deste.

43.3. Sempre que se verifique um facto que determine a caducidade da adjudicação, o órgão competente para a decisão de contratar deve notificar o adjudicatário relativamente ao qual o facto ocorreu, fixando-lhe um prazo, não superior a 5 dias, para que se pronuncie, por escrito, ao abrigo do direito de audiência prévia.

43.4. Quando as situações de eventual caducidade derivarem de facto que não seja imputável ao adjudicatário, o órgão competente para a decisão de contratar concederá um prazo de 10 dias, em função das razões invocadas, para a apresentação dos documentos em falta, sob pena de caducidade da adjudicação.

43.5. Quando as causas de caducidade da adjudicação referidas respeitem ao adjudicatário, a entidade adjudicante deve adjudicar a proposta ordenada em lugar subsequente.

43.6. O adjudicatário deve indemnizar a entidade adjudicante, nos termos gerais, pelos prejuízos que culposamente tenha causado.

44.CELEBRAÇÃO DO CONTRATO

44.1. A minuta do contrato, reduzida a escrito, através da elaboração de um clausulado em suporte informático, é aprovada pelo órgão da Entidade adjudicante competente para a decisão de contratar simultaneamente com a decisão de adjudicação.

44.2. A aprovação da minuta do contrato a celebrar tem por objetivo verificar se o seu conteúdo está conforme à decisão de contratar e a todos os documentos que o integram nos termos do disposto no artigo 96.º do CCP, sem prejuízo de serem propostos ajustamentos nos termos do disposto no artigo seguinte.

44.3. Da minuta do contrato devem constar expressamente os termos ou condições da proposta adjudicada excluídos do contrato nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 96.º do CCP, ou seja que se reportem a aspetos da execução do contrato não regulados pelo caderno de

encargos e que não sejam considerados estritamente necessários a essa execução ou sejam considerados desproporcionados.

44.4. O órgão da Entidade Adjudicante competente para a decisão de contratar pode propor ajustamentos ao conteúdo do contrato a celebrar, desde que estes resultem de exigências de interesse público e, no caso em que se tenha analisado e avaliado mais de uma proposta no procedimento em concurso, seja objetivamente demonstrável que a respetiva ordenação não seria alterada se os ajustamentos propostos tivessem sido refletidos em qualquer das propostas.

44.5. Os ajustamentos referidos no número anterior não podem implicar, em caso algum:

- a) A violação dos parâmetros base fixados no Caderno de Encargos nem a dos aspetos da execução do contrato a celebrar por aquele não submetidos à concorrência;
- b) A inclusão de soluções contidas em proposta apresentada por outro concorrente.

45.NOTIFICAÇÃO DA MINUTA DO CONTRATO

Depois de aprovada a minuta do contrato a celebrar, o órgão competente para a decisão de contratar notifica-a ao adjudicatário, assinalando expressamente os ajustamentos propostos nos termos do disposto no ponto anterior.

46.RECLAMAÇÃO DA MINUTA DO CONTRATO

46.1. As reclamações da minuta do contrato a celebrar só podem ter por fundamento a previsão de obrigações que contrariem ou que não constem dos documentos que integram o contrato nos termos do disposto nos n.ºs 2 e 5 do artigo 96.º do CCP ou ainda a recusa dos ajustamentos propostos.

46.2. No prazo de 10 dias a contar da receção da reclamação, o órgão da Entidade Adjudicante que aprovou a minuta do contrato notifica o adjudicatário da sua decisão, equivalendo o silêncio à rejeição da reclamação.

46.3. Os ajustamentos propostos que tenham sido recusados pelo adjudicatário não fazem parte integrante do contrato.

47.ACEITAÇÃO DA MINUTA DO CONTRATO

A minuta do contrato a celebrar e os ajustamentos propostos consideram-se aceites pelo adjudicatário quando haja aceitação expressa ou quando não haja reclamação nos cinco dias subsequentes à respetiva notificação.

48.NOTIFICAÇÃO DOS AJUSTAMENTOS AO CONTRATO

Os ajustamentos ao contrato que sejam aceites pelo adjudicatário devem ser notificados a todos os concorrentes cujas propostas não tenham sido excluídas.

49.REDUÇÃO DO CONTRATO A ESCRITO

49.1. O contrato será reduzido a escrito através da elaboração de um clausulado em suporte informático com a aposição de assinaturas eletrónicas.

49.2. As despesas e os encargos inerentes à redução do contrato a escrito são da responsabilidade do adjudicatário, tal como os impostos por este legalmente devidos.

50.OUTORGA DO CONTRATO E DOCUMENTOS A APRESENTAR PELO ADJUDICATÁRIO NA CELEBRAÇÃO DO CONTRATO

50.1. A outorga do contrato deve ter lugar no prazo de 30 dias contados da data da aceitação da minuta ou da decisão sobre a reclamação, mas nunca antes de:

- a) Decorridos 10 dias contados da data da notificação da decisão de adjudicação a todos os concorrentes;
- b) Apresentados todos os documentos de habilitação exigidos;
- c) Comprovada a prestação da caução, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 90.º do CCP e do previsto no presente Programa do Procedimento;
- d) Confirmados os compromissos referidos na alínea c) do n.º 2 do artigo 77.º do CCP e no presente Programa do Procedimento.

50.2. O prazo de 10 dias previsto na alínea a) do número anterior não é aplicável quando só tenha sido apresentada uma proposta.

50.3. Sem prejuízo do disposto nos números anteriores, o órgão competente para a decisão de contratar comunica ao adjudicatário o prazo para a outorga e remessa do contrato, não podendo em caso algum esse prazo ser inferior a três dias.

51.REPRESENTAÇÃO NA OUTORGA DO CONTRATO

51.1. Na outorga do contrato, a representação da Entidade Adjudicante cabe ao seu órgão competente para a decisão de contratar.

51.2. A competência prevista no número anterior para a representação da Entidade Adjudicante na outorga do contrato pode ser delegada nos termos gerais.

52.NÃO OUTORGA DO CONTRATO

52.1. A adjudicação caduca nos seguintes casos:

- a) Se, por facto que lhe seja imputável, o adjudicatário não remeter o contrato assinado eletronicamente, no prazo fixado pelo órgão competente para a decisão de contratar;
- b) Se, no caso de o adjudicatário ser um agrupamento, os seus membros não se tiverem associado nos termos previstos no n.º 4 do artigo 54.º do CCP e/ou nos termos previstos no presente Programa do Procedimento.

52.2. Nos casos previstos no número anterior, o adjudicatário perde a caução prestada a favor da entidade adjudicante, devendo o órgão competente para a decisão de contratar adjudicar a proposta ordenada em lugar subsequente.

52.3. Se, por facto que lhe seja imputável, a entidade adjudicante não outorgar o contrato no prazo previsto no ponto 50.1 da presente peça, o adjudicatário pode desvincular-se da proposta, devendo aquela liberar a caução que este haja prestado, sem prejuízo do direito a ser indemnizado por todas as despesas e demais encargos em que comprovadamente incorreu com a elaboração da proposta e com a prestação da caução.

52.4. No caso previsto no número anterior, o adjudicatário pode, em alternativa, exigir judicialmente a celebração do contrato.

53.INFORMAÇÕES SOBRE O PROCEDIMENTO

53.1. A entidade adjudicante conservará, pelo prazo de quatro anos a contar da data da celebração do contrato, todos os documentos relativos ao procedimento de formação que permitam justificar todas as decisões tomadas e fornecer à Comissão Europeia as informações que esta solicitar sobre o mesmo, nomeadamente:

- a) A decisão de escolha do procedimento e respectivos fundamentos;
- b) A identificação dos concorrentes;
- c) O teor das propostas apresentadas;
- d) A decisão de adjudicação e respectivos fundamentos;
- e) Os fundamentos da eventual exclusão de propostas;
- f) As eventuais causas de não adjudicação;
- g) O objecto do contrato e o respectivo preço contratual.

53.2. O disposto no número anterior é igualmente aplicável a todas as notificações e comunicações.

53.3. A entidade adjudicante deve enviar à Comissão Europeia, a pedido desta, um relatório contendo as informações sobre o procedimento e as decisões nele tomadas.

54. GESTOR DO CONTRATO

Nos termos e para efeitos do disposto nos artigos 96.º n.º 1 al. i) e 290.º-A do CCP, a fase de execução do contrato será acompanhada por um, ou mais, gestor(es) do contrato, cuja identificação constará do contrato a celebrar.

55. ENCARGOS DOS CANDIDATOS E CONCORRENTES

Constituem encargos dos candidatos as despesas inerentes à elaboração das candidaturas, e dos concorrentes as despesas inerentes à elaboração das propostas e à celebração do contrato, incluindo as decorrentes da prestação de caução e do visto do contrato, nos termos da Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas.

56. REGIME LEGAL APLICÁVEL

Em tudo o que não estiver especialmente previsto no Convite e Programa do Procedimento, observar-se-á o disposto no Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação atual, e ainda, quanto a especificidades próprias da Região Autónoma dos Açores, no Decreto Legislativo Regional n.º 27/2015/A, de 29 de dezembro, pelo qual é aprovado o Regime Jurídico dos Contratos Públicos na Região Autónoma dos Açores, na sua redação atual.

57. TRIBUNAL DE CONTAS

O contrato a outorgar na sequência do presente procedimento encontra-se sujeito ao regime de fiscalização prévia especial pelo Tribunal de Contas, nos termos definidos pelo artigo 17.º-A da Lei n.º 30/2021, de 21 de maio, aditado pela Lei n.º 43/2024, de 02 de dezembro, pela qual se aprovaram medidas especiais de contratação pública.

ANEXO I

[A que se refere o ponto 5.1. do Programa do Procedimento]

CONSTITUIÇÃO DO JÚRI DO PROCEDIMENTO

Por deliberação do Conselho de Administração da Portos dos Açores, S.A, ao abrigo de competências próprias, foi designado o júri do presente procedimento, o qual é composto pelos seguintes elementos:

- Presidente: - Flávio José Quaresma Pereira;
- 1.º Vogal Efetivo: Marta Rodrigues Brito de Azevedo, que substituirá o Presidente nas suas faltas e impedimentos;
- 2.º Vogal Efetivo: César Duarte da Silva Furtado;
- 1.º Vogal Suplente: Pedro Jorge Januário Dourado Ramos;
- 3.º Vogal Suplente: Marília Marlene Azevedo Salvador.

Ao júri foram delegadas todas as competências do órgão competente para a decisão de contratar no âmbito do procedimento, nos termos no artigo 69.º do Código dos Contratos Públicos, à exceção das previstas no n.º 2 do mesmo artigo, bem como aquelas que pela sua natureza não são suscetíveis de delegação.

ANEXO II

DOCUMENTO EUROPEU ÚNICO DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA (DEUCP) [Referido em 13.1 alínea a) do Programa do Procedimento]

O procedimento relativo ao DEUCP, de formato eletrónico, é executado na área específica do Portal da Comissão Europeia no seguinte endereço eletrónico:

<http://www.base.gov.pt/deucp/filter?lang=pt>

1. Informa-se que a **entidade adjudicante** já pré-preencheu o DEUCP nas partes que lhe dizem respeito:

- a) A **Parte I (Informações sobre o procedimento de contratação e a entidade adjudicante)**;
- b) A **Parte III (Motivos de exclusão)**, assinalando outros motivos de exclusão aplicáveis em Portugal, se for o caso;
- c) A **Parte IV (Critérios de seleção)**, se for o caso.

2. Cada **concorrente** deve completar o preenchimento do DEUCP com as informações que lhe digam respeito, designadamente:

- a) A **Parte II (Informações sobre o operador económico)**;
- b) A **Parte III (Motivos de exclusão)**;
- c) A **Parte IV (Critérios de seleção)**, se for o caso;
- d) A **Parte V (Redução do número de candidatos qualificados)**, se for o caso;
- e) A **Parte VI (Declarações finais)**.

3. Para o efeito, deve aceder ao endereço supra referido e seguir os seguintes passos:

- Selecionar “*Português*”
- Selecionar a opção “*Sou um operador económico*”
- Seleccionar a opção “*Importar um DEUCP*” e importar o ficheiro “*espd-request.XML*” localizado na pasta “*espd-request*” fornecidas juntamente com as restantes peças do procedimento;
- Preencher os campos que lhe dizem respeito;
- Na última etapa de preenchimento (“*TERMINAR*”), deverão seleccionar a opção “*Visão geral*”;
- De seguida, seleccionar “*descarregar em*” e escolher “*formato PDF*”;
- Deverão imprimir o PDF e assinar, de acordo com o estabelecido no **ponto 13.3 do Programa do Procedimento**.

Juntam-se ainda a CIRCULAR INFORMATIVA Nº 01/IMPIC/2016 e o respetivo anexo, documento “FAQ”, sobre o DEUCP.

ANEXO III

INFORMAÇÃO GERAL DO CANDIDATO

[Referido pelo ponto 13.1 alínea b) do Programa do Procedimento]

A1. Identificação do Candidato (se Agrupamento, identificação da cabeça do Agrupamento)

Denominação Social:

Morada (Sede Fiscal):

Localidade:

Código Postal:

País:

NIF:

Capital Social:

Matrícula Cons. Reg. Comercial de:

Sob o Número:

CAE Nº:

Código NUTS:

Concorre em Agrupamento: (SIM/NÃO)

(Se indicou "Sim", indique os NIF's associados:)

Denominação	NIF	Função no Agrupamento

A2. Identificação dos Órgãos Sociais

Entidade	Nome do Representante	Função	BI/CC / Passaporte	Telefone	E-mail

A3. Dados de Contacto para o Concurso

Responsável de Contacto:

Cargo do Responsável:

Contacto Telefónico:

E-mail:

ANEXO IV

[Referido pelo ponto 13.2 alínea i) do Programa do Procedimento]

LISTA IDENTIFICATIVA – FASE DE CANDIDATURA

_____ (denominação social e sede da empresa candidata ou de cada uma das empresas do agrupamento candidato), declara(m) que, para efeitos de candidatura, a composição nominativa das equipas responsáveis pela execução da Prestação de Serviços de Planeamento, Coordenação e Fiscalização da “Empreitada de Construção do Novo Porto das Lajes das Flores” é a seguinte:

- Diretor da Fiscalização:
(nome conforme curriculum próprio)

- Diretor de Fiscalização Adjunto:
(nome conforme curriculum próprio)

- Fiscal de Obras Marítimas:
(nome conforme curriculum próprio)

- Fiscal de Pré-Fabricação e Construção Civil:
(nome conforme curriculum próprio)

- Fiscal de Pré-Fabricação externo à Ilha das Flores:
(nome conforme curriculum próprio)

- Coordenador de Segurança em Obra:
(nome conforme curriculum próprio)

Data: _____

Assinatura(s): _____

ANEXO V

[Referido pelo ponto 13.2 alínea i) do Programa do Procedimento]

MODELO DOS CURRÍCULOS

(Este modelo é apenas orientador podendo ser apresentados modelos diferentes desde que respondam a todas as rubricas abaixo indicadas)

Nome: _____

Nacionalidade: _____

Idade: _____

Grau académico: (indicar os graus que possui e as escolas superiores que lhes conferiram e os anos em que os obteve)

Anos de experiência profissional: _____

Qualificações principais: (resumo em não mais de 200 palavras, com indicação, por exemplo, de:

a) Qualificações/Habilitações profissionais exigidas pelo CE, tal como inscrição na Ordem Profissional competente, se aplicável;

b) N.º de carteira ou cédula profissional e ano de inscrição na respetiva Ordem Profissional, se aplicável.

Experiência profissional nos domínios relacionados com a execução de serviços de planeamento, coordenação, fiscalização ou execução de empreitadas: *[resumir cada experiência indicando apenas a designação da obra e respetivo Dono de obra; valor e localização da obra; funções exercidas e respetivo período de exercício (mês/ano de início e mês/ano do termo)]*

ANEXO VI

MODELO DE DECLARAÇÃO DE PROPOSTA

[Referido pelo ponto 22.1 alínea e), subalínea i), do Programa do Procedimento]

..... (nome/denominação social do concorrente; NIF/NIPC; morada/sede) candidato qualificado e convidado a apresentar proposta no âmbito do CONCURSO LIMITADO POR PRÉVIA QUALIFICAÇÃO - AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE PLANEAMENTO, COORDENAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DA EMPREITADA DE CONSTRUÇÃO DO NOVO PORTO DAS LAJES DAS FLORES, representada neste ato por (se aplicável[1]/nome/NIF/morada), com poderes bastantes, obriga-se a executar a referida prestação de serviços, de harmonia com o caderno de encargos, pela quantia de (por extenso e por algarismos), que não inclui o imposto sobre o valor acrescentado, conforme Mapa de Taxas Horárias apenso a esta proposta e que dela faz parte integrante.

À quantia supramencionada acrescerá o imposto sobre o valor acrescentado à taxa legal em vigor.

Mais declara que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeita à execução do seu contrato, ao que se achar prescrito na legislação portuguesa em vigor.

Local.....

Data....

Assinatura....

[1] Aplicável no caso de se tratar de uma pessoa coletiva.

ANEXO VII

[Referido pelos pontos 22.1 alínea e) subalínea ii) e 22.1 alínea f), subalínea i), do Programa do Procedimento]

MAPA DAS TAXAS HORÁRIAS, EM PERÍODOS NORMAIS E EXTRAORDINÁRIOS

DESIGNAÇÃO	TAXA HORÁRIA	
	NORMAL	EXTRAORDINÁRIA
Diretor da Fiscalização		
Diretor da Fiscalização Adjunto		
Fiscal de Obras Marítimas		
Fiscal de Pré-Fabricação e Construção Civil		
Fiscal de Pré-Fabricação externo à Ilha das Flores		
Coordenador de Segurança em Obra		
Equipa de Mergulho		
Equipa de Topo e hidrografia		
Assessoria Técnica		

Nota:

1) A unidade de referência da afetação é a “hora”.

Assim, para efeitos do cálculo da **taxa horária** deverá considerar-se que cada dia útil corresponde a 8 horas e que cada mês completo corresponde a 22 dias úteis.

ANEXO VIII

[Referido pelo ponto 22.1 alínea f), subalínea ii), do Programa do Procedimento]

MAPA DOS VALORES MENSAIS

(durante os 64 meses da prestação de serviços)

DESIGNAÇÃO	Meses da prestação de serviços					
	1	2	3	...	63	64
Diretor da Fiscalização						
Diretor de Fiscalização Adjunto						
Fiscal de Obras Marítimas						
Fiscal de Pré-Fabricação e Construção Civil						
Fiscal de Pré-Fabricação externo à Ilha das Flores						
Coordenador de Segurança em Obra						
Equipa de Mergulho						
Equipa de Topo e hidrografia						
Assessoria Técnica						
VALORES MENSAIS						

Nota:

- 1) O valor mensal respeitante a cada elemento deverá corresponder à aplicação da respetiva taxa horária normal à afetação prevista pelo concorrente.
- 2) Valores em euros, não incluindo o imposto sobre o valor acrescentado.
- 3) Com o objetivo eliminar de eventuais divergências em arredondamentos, segue-se um exemplo de cálculo das taxas mensais:

- 1^a) Deve ser calculada a taxa mensal, obtida a partir de uma multiplicação de parcelas com uma aproximação de duas casas decimais e arredondadas para mais quando o valor da terceira casa decimal for igual ou superior a 5, mantendo-se o valor da segunda casa no caso contrário.

Exemplo: - Coordenador de Segurança em obra;

- Taxa horária = € 11,05

- Afetação mensal = 64 horas

- Taxa mensal = €11,05 x 64horas = 707,20 €/mês

ANEXO IX

[A que se refere o ponto 38.1 alínea a) do Programa do Procedimento]

MODELO DE DECLARAÇÃO DE HABILITAÇÃO

1 - ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos:

2 - O declarante junta em anexo [ou indica...como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (3)] os documentos comprovativos de que a sua representada (4) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura (5)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

(4) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(5) Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º

ANEXO X

[A que se refere o ponto 42.2. do Programa do Procedimento]

MODELO DE GUIA DE DEPÓSITO BANCÁRIO

Euros _____ €

Vai _____ (nome do adjudicatário), com sede em _____ (morada), depositar na _____ (sede, filial, agência ou delegação) do Banco _____ a quantia de _____ (por algarismos e por extenso) em dinheiro/em títulos _____ (eliminar o que não interessar), como caução exigida para o **“CONCURSO LIMITADO POR PRÉVIA QUALIFICAÇÃO - AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE PLANEAMENTO, COORDENAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DA EMPREITADA DE CONSTRUÇÃO DO NOVO PORTO DAS LAJES DAS FLORES”**, nos termos dos n.ºs 3 e 4 do artigo 90.º do Código dos Contratos Públicos.

Este depósito, sem reservas, fica à ordem de Portos dos Açores, S.A., pessoa coletiva n.º 512.077.843, a quem deve ser remetido o respetivo conhecimento.

[Data e assinatura do(s) representante(s) legal(ais)]

ANEXO XI

[A que se refere o ponto 42.2. do Programa do Procedimento]

MODELO DE GARANTIA BANCÁRIA

Garantia bancária n.º _____

Nos termos e para os efeitos do Programa do Procedimento do **CONCURSO LIMITADO POR PRÉVIA QUALIFICAÇÃO - AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE PLANEAMENTO, COORDENAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DA EMPREITADA DE CONSTRUÇÃO DO NOVO PORTO DAS LAJES DAS FLORES**, o Banco [*denominação do emitente*], com sede em [*localidade*], na [*morada*], com o capital social de [_____] €, matriculado na Conservatória do Registo Comercial de [*localidade*], com o número único de matrícula e de pessoa coletiva _____, a pedido de _____ [*denominação do adjudicatário ou do membro de Agrupamento adjudicatário*], com o número único de matrícula e de pessoa coletiva _____, com sede em _____, concorrente do referido concurso, vem prestar, a favor da Portos dos Açores, S.A., pessoa coletiva n.º 512.077.843, garantia bancária autónoma, à primeira solicitação, no valor de _____ € ([*por extenso*]), correspondente a _____ [indicar percentagem do valor do contrato *ou da quota de responsabilidade no montante de caução, no âmbito de Agrupamento denominado* _____], destinada a garantir o bom e integral cumprimento das obrigações que _____ [*denominação do adjudicatário ou do membro de Agrupamento adjudicatário*] irá assumir ao abrigo do Contrato a celebrar com a Portos dos Açores, S.A. para a prestação de serviços de planeamento, coordenação e fiscalização da referida empreitada, regulado nos termos da legislação aplicável.

Consequentemente, este Banco, na qualidade de principal pagador, obriga-se a pagar, à primeira solicitação da Portos dos Açores, S.A., sem quaisquer reservas e até àquele limite, com expressa renúncia, incondicional e sem reservas, ao privilégio de excussão prévia do património do Ordenante, todas e quaisquer importâncias que lhe venham a ser solicitadas por escrito pela beneficiária, sem que esta tenha de justificar o pedido e sem que o primeiro possa invocar em seu benefício quaisquer meios de defesa relacionados com o contrato atrás identificado ou com o cumprimento das obrigações que _____ (o adjudicatário) assume com a celebração do respetivo contrato.

A presente garantia é incondicional e irrevogável, devendo este banco pagá-la no prazo máximo de 5 (cinco) dias, após notificação feita pela beneficiária, sem poder opor qualquer reclamação, de direito ou de fato, ou por qualquer forma questionar da justeza do pedido ou da sua conformidade com o disposto no processo de concurso e documentos a ele anexos. Findo aquele prazo sem que o pagamento seja realizado, contar-se-ão juros moratórios à taxa mais elevada praticada pelo Banco para as operações ativas, sem prejuízo da execução imediata da dívida assumida por este.

A presente garantia manter-se-á em vigor até ser cancelada pela beneficiária, mediante comunicação escrita para o efeito remetida a este banco, informando de que cessaram todas as obrigações do caucionado decorrentes do acima especificado, o que deverá ser feito imediatamente após a extinção daquelas obrigações.



____, __ de ____ de 2025.

[assinaturas reconhecidas na qualidade e com poderes para o ato]

ANEXO XII**[Conforme 42.2. do Programa do Procedimento]****MODELO DE SEGURO-CAUÇÃO**

Nos termos e para os efeitos do Programa do Procedimento do **CONCURSO LIMITADO POR PRÉVIA QUALIFICAÇÃO - AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE PLANEAMENTO, COORDENAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DA EMPREITADA DE CONSTRUÇÃO DO NOVO PORTO DAS LAJES DAS FLORES**, a _____ [companhia de seguros], com sede em _____ presta a favor da Portos dos Açores, S.A., pessoa coletiva n.º 512.077.843, e ao abrigo de contrato de seguro-caução celebrado com _____ [tomador de seguro], garantia à primeira solicitação no valor de _____ € (por extenso), destinada a garantir o bom e integral cumprimento das obrigações que o _____ [concorrente], com o número único de matrícula e de pessoa coletiva _____, com sede em _____, assumirá com o bom e pontual cumprimento das obrigações assumidas ao abrigo do Contrato a celebrar no âmbito do referido concurso limitado por prévia qualificação.

A companhia de seguros obriga-se a pagar aquela quantia nos 5 (cinco) dias úteis seguintes à primeira solicitação da Portos dos Açores, S.A., sem que esta tenha de justificar o pedido e sem que a primeira pessoa possa invocar em seu benefício quaisquer meios de defesa relacionados com o Procedimento atrás identificado ou com o cumprimento das obrigações que o _____ [concorrente] assume com a celebração do Contrato.

A companhia de seguros não pode opor à Portos dos Açores, S.A. quaisquer exceções relativas ao contrato de seguro-caução celebrado entre esta e o tomador do seguro.

O presente seguro-caução, à primeira solicitação, não pode em qualquer circunstância ser revogado ou denunciado, mantendo-se em vigor até à sua extinção ou cancelamento, nos termos previstos no Programa de Procedimento e na legislação aplicável.

_____, ____ de _____ de 2025.

[assinaturas reconhecidas na qualidade e com poderes para o ato]
